



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015838-60.2021.6.05.8000
SIDNEY SANTOS DORIA
INTERESSADO : FLÁVIO DE SOUZA DIAS
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

PARECER nº 8 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual aquisição de equipamentos e programas de datacenter, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 02/2022 (doc. n.º 1825029).

Foram observadas as condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura do certame (doc. n.º 1822652).

No documento n.º 1823158, consta designação de Pregoeiro e membro da equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria n.º 45/2020 (doc. n.º 1825062).

Publicado o edital em meio eletrônico e no DOU (docs. n.ºs 1825064 e 1825067), foram apresentados pedidos de esclarecimento relacionados a questões técnicas, os quais foram devidamente respondidos e publicados, conforme documento n.º 1841471.

Aberta a sessão, após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.

A licitação restou fracassada para os itens 1 e 4, por desatendimento aos requisitos do edital e deserto para o item 7, pela ausência de propostas.

Examinados os documentos de habilitação, sagraram-se vencedoras as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor (doc. n.º 1853936).

Com amparo na condição 11.16 do edital, concedeu-se prazo à empresa *Comercial Top Mix LTDA.* para apresentação de documento de regularidade perante a Receita Estadual.

Em concordância com a análise realizada pelo Pregoeiro, verifica-se que as ocorrências registradas no SICAF não são impeditivas de participação das empresas no certame.

A empresa *Squatto Labes Comércio de Equipamentos Eletrônicos LTDA* apresentou recurso contra a decisão do Pregoeiro que a inabilitou do certame (doc. n.º 1855407).

Vindo os autos para análise de regularidade do certame, ouviu-se a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos da Diretoria-Geral (ASJUR), que opinou, em síntese, pela improcedência do recurso, assim como pela desclassificação da empresa que deixou de comprovar a regularidade junto ao fisco estadual no prazo concedido (doc. n.º 1861234).

Assim, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se o a homologação do Pregão quanto aos itens 2, 3, 5, 6, 8, 9, 11, 12 e 13, reconhecimento de licitação fracassada para os itens 1 e 4, assim como de licitação deserta para o item 7. Além disso, que seja determinada a inabilitação da empresa *Comercial Top Mix LTDA.*, com a consequente reabertura do certame para convocação das licitantes remanescentes, com vistas à aquisição do item 10.

Em ato contínuo, recomenda-se a convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, e de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatório Final do Pregão (docs. n.ºs 1849710, 1853936, 1855443 e 1855560).

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Ronildo Dantas

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 17/03/2022, às 09:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 17/03/2022, às 13:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1863121** e o código CRC **2D9FA089**.